

# InovaIcict

Revista do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde | [www.icict.fiocruz.br](http://www.icict.fiocruz.br) | 2015.1 

## Lei de Direito Autoral impacta acesso aberto

Teses abordam aleitamento materno e ganham projeção em fóruns do SUS

Coordenador da rBLH destaca a construção do conhecimento científico realizada no Icict e ressalta a qualidade das pesquisas feitas na unidade

Olhar para o futuro para planejar o presente

Projeto Saúde Amanhã articula rede de pesquisa para a prospecção estratégica do futuro do sistema de saúde brasileiro



## Selo Fiocruz Vídeo



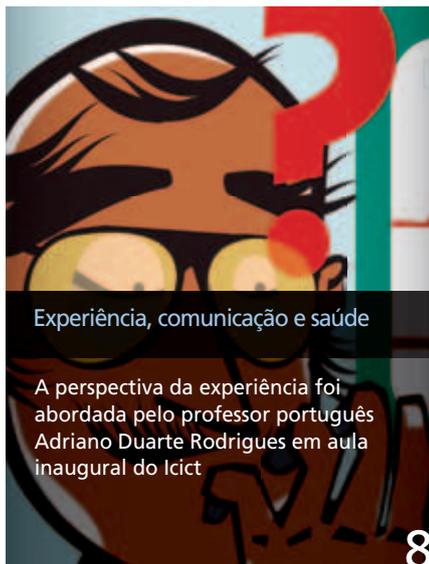
Ministério da Saúde  
FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



O Selo Fiocruz Vídeo é uma marca de difusão e fomento de audiovisuais em saúde. Os DVDs podem ser adquiridos na Editora Fiocruz.

[fiocruz.br/fiocruzvideo](http://fiocruz.br/fiocruzvideo)

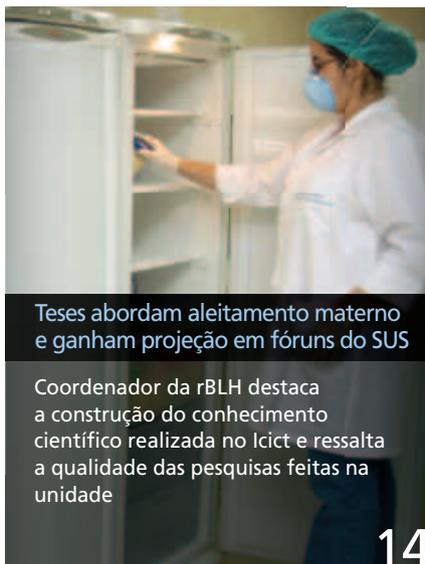
## Sumário



### Experiência, comunicação e saúde

A perspectiva da experiência foi abordada pelo professor português Adriano Duarte Rodrigues em aula inaugural do Icict

8



### Teses abordam aleitamento materno e ganham projeção em fóruns do SUS

Coordenador da rBLH destaca a construção do conhecimento científico realizada no Icict e ressalta a qualidade das pesquisas feitas na unidade

14



### Lei de Direito Autoral impacta acesso aberto ao conhecimento

Considerada uma das regulações autorais mais restritivas do mundo, a LDA brasileira não permite digitalização de acervos nem para fins educativos. Seu anteprojeto de reforma segue parado no governo federal

18



### A privatização da saúde continuará a ser pesquisada

Após a aposentadoria planejada para 2016, Claudia Maria Travassos permanecerá participando de projeto que analisa as relações societárias de empresas que atuam no setor da saúde

24



### Olhar para o futuro para planejar o presente

Projeto Saúde Amanhã articula rede de pesquisa para a prospecção estratégica do futuro do sistema de saúde brasileiro

28



### Uma história de lutas contra o cenário brasileiro de intoxicação

Sinitox completa 35 anos

32

Revista Inovalcict • ano VI • 2015.1



### Fundação Oswaldo Cruz

Presidente da Fiocruz **Paulo Ernani Gadelha Vieira** • Vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência **Rodrigo Stabeli** • Vice-presidente de Gestão e Desenvolvimento Institucional **Pedro Ribeiro Barbosa** • Vice-presidente de Ensino, Informação e Comunicação **Nísia Trindade Lima** • Vice-presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde **Valcler Rangel Fernandes** • Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde **Jorge Bermudez** • Diretor do Icict **Umberto Trigueiros Lima** • Vice-diretor de Pesquisa, Ensino e Desenvolvimento Tecnológico **Josué Laguardia** • Vice-diretor de Informação e Comunicação **Rodrigo Murтинho** • Vice-diretora de Desenvolvimento Institucional **Adir Maria Glüsing** • Assistente de Ensino **Indira Alves França**

### Expediente

Assessoria de Comunicação Social - Coordenação, revisão e edição **Cristiane d'Avila** • Redação e reportagem **Alexandre Ressurreição, Andre Bezerra, Bel Levy, Carlos Taus, Claudio Oliveira, Clarisse Castro e Graça Portela** • Coordenação da Programação Visual **Patrícia Ferreira** • Projeto Gráfico original **Flávia de Carvalho** • Projeto Gráfico desta edição e Diagramação **Valéria de Sá** • Capa **Vera Lucia Fernandes de Pinho** • Anúncio **Luciana Baptista, Valéria de Sá e Vera Lucia Fernandes de Pinho** • Ilustração **Venício Ribeiro** • Tratamento das imagens **Paloma Lima e Vera Lucia Fernandes de Pinho** • Fotos: **Amanda de Freitas Simões, Andre Az, Claudio Oliveira, Gilmar Felix, Pedro França, Peter Illiciev, Raquel Portugal, Vinicius Marinho, Virgínia Dama, FiocruzImagens, Sxc.hu Stock Photos - freeimages e Stock-xchng**

# Futuro da saúde

Conferências  
de saúde

Direito à saúde



[www.pensesus.fiocruz.br](http://www.pensesus.fiocruz.br)



@PenseSUS



**PenseSUS - A reflexão fortalece  
essa conquista**



Ministério da Saúde  
**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz

Conheça melhor o Sistema Único  
de Saúde

Visite o site PenseSUS e encontre seus caminhos para  
refletir sobre saúde no Brasil.



[www.pensesus.fiocruz.br](http://www.pensesus.fiocruz.br)

### **Umberto Trigueiros Lima, diretor do Icict**

Nesta edição 2015.1, Inova aprofunda sua linha editorial de tratar temas da informação, comunicação e tecnologia da informação em saúde, procurando construir sempre um olhar crítico e analítico sobre a área, desde vários ângulos de visão e abordando diferentes aspectos que impactam o campo, seja na sua conceituação e compreensão teórica, como nos impasses enfrentados na estruturação de políticas públicas para o setor.

Temos então, nesta edição, a abordagem da contradição entre o avanço das políticas de Acesso Aberto ao Conhecimento e uma Lei de Direito Autoral das mais restritivas do mundo, cujo anteprojeto de reforma continua parado na esfera do governo federal. No tocante à questão do direito autoral está aí uma dura batalha política, de transformação da legislação e de mobilização da sociedade, para que seja possível alcançar uma efetiva democratização do acesso à informação e ao conhecimento, reformando um arcabouço legal arcaico e impeditivo que pode ser utilizado até para impedir o empréstimo de obras entre bibliotecas, bem como a reprodução e digitalização de exemplares raros e de difícil acesso.



Foto: Raquel Portugal

Inova revela também as avaliações produzidas através de teses do nosso Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) sobre a comunicação, o Programa Nacional de Aleitamento Materno e a Rede de Bancos de Leite Humano. A Revista traz, entre outras matérias, um balanço sobre os 35 anos de atuação do Sistema Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas, o Sinitox, coordenado pelo Icict/Fiocruz, que vem cumprindo um papel de destaque na pesquisa, no fornecimento de dados relevantes para a tomada de decisões dos gestores públicos, como também no cenário nacional de prevenção contra intoxicações.

Outro tema de vivo interesse é trazido neste número pela reportagem sobre o Projeto Saúde Amanhã, iniciativa implementada por pesquisadores do Icict, com apoio e parcerias do Ministério da Saúde, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O projeto trabalha no terreno da prospecção estratégica, com análises e cenários de futuro (20-30 anos) da saúde pública brasileira, levando em conta tendências, dados populacionais, do ambiente, dos diversos condicionantes da saúde, tendências da economia, a questão do financiamento e da organização do sistema de saúde, o desenvolvimento da ciência, impactos e custos das tecnologias, etc.

O Projeto Saúde Amanhã alarga a sua abrangência bem além do campo da saúde, pois para estruturar possíveis cenários favoráveis ou desfavoráveis é necessário considerar tantas variantes, que na verdade estaremos arriscando o desenho do Brasil que queremos para o futuro próximo. Trata-se do enorme desafio de trabalhar sobre um projeto de Nação, a partir de uma conjuntura de graves conflitos políticos e sociais, de cortes orçamentários e de baixo crescimento econômico. Mas esse é o tom da nossa revista, provocar a polêmica criativa, o debate, a reflexão ■



## SAÚDE DO IDOSO EM NOVO SITE

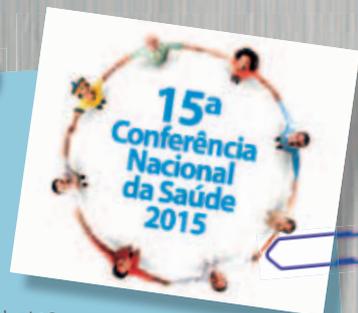
Para compartilhar e discutir experiências de sucesso voltadas para a saúde e o envelhecimento no Brasil, o Icict realizou na manhã de 15 de abril o seminário "Mapeamento de experiências municipais e estaduais no campo do envelhecimento e saúde da pessoa idosa". As experiências e boas práticas apresentadas fazem parte do novo site Saúde da Pessoa Idosa, lançado durante o evento, que também compôs a comemoração dos 29 anos do instituto.

Criado a partir de uma parceria entre a Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde (COSAPI) e do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict), que coordena o Sistema de Indicadores de Saúde do Idoso (SISAP-Idoso), o site agrega 24 experiências realizadas nos últimos anos em todo o país, que demonstram como serviços de saúde e outras iniciativas de cuidado ou atenção à população idosa vêm obtendo bons resultados. Entre 2013 e 2014, 177 projetos se inscreveram no mapeamento.

[saudedapessoaidosa.fiocruz.br](http://saudedapessoaidosa.fiocruz.br)

## 15ª CNS

O Conselho Nacional de Saúde lançou em 15 de maio o documento orientador de apoio aos debates para a 15ª Conferência Nacional de Saúde (15ª CNS), que ocorrerá de 1º a 4 de dezembro, e tem como tema "Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro". Durante todo o ano de 2015 serão realizadas 14 conferências nacionais setoriais e temáticas, que devem mobilizar mais de dois milhões de pessoas, segundo informações do próprio Conselho. O que for aprovado na 15ª CNS comporá a agenda dos próximos quatro anos e definirá o campo de atuação do controle social na saúde, ajudando a promover mudanças e melhorando o Sistema Único de Saúde (SUS).



## PNS - 2ª FASE



O segundo volume da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS 2013, lançado em 2 de junho, na sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi tema do Centro de Estudos do Icict em 9 de junho. Para a coordenadora da PNS, a pesquisadora Celia Landman Szwarcwald, do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict), "a Fiocruz contribuiu na elaboração do projeto, desde o planejamento, com consultas a áreas técnicas do Ministério da Saúde e outros pesquisadores da área acadêmica com expertise em inquéritos, e também na definição da amostragem e do questionário. As próximas etapas deverão ter indicadores e novas análises".

Foto: Antonio CruzAB

## PREMIADOS EM PESQUISA SOBRE LEITE HUMANO

Em 22 de junho foram divulgados os vencedores do 1º Prêmio Jovem Pesquisador da Rede de Bancos de Leite Humano (rBLH). O prêmio contemplou trabalhos em três linhas de investigação: "Processamento, controle de qualidade e utilização do leite humano"; "Assistência em amamentação na rBLH"; "Comunicação e informação na rBLH". Os primeiros colocados de cada área temática – três do Brasil e três do exterior – participarão de intercâmbio técnico, no período de sete dias, em um dos Centros de Referência em Banco de Leite Humano da rBLH. Os ganhadores também receberão o financiamento de suas inscrições e a concessão de passagens e hospedagem para participar do *II Fórum ABC-Fiocruz de Cooperação Internacional*, que será realizado no segundo semestre de 2015 em Brasília. Conheça os vencedores em [premiorbhl.icict.fiocruz.br](http://premiorbhl.icict.fiocruz.br)



III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas

### USO DE DROGAS

O Icict/Fiocruz, por meio de concorrência em edital da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do Ministério da Justiça, foi escolhido para realizar o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. A pesquisa já está acontecendo em várias cidades brasileiras e será a maior já realizada no país, superando a Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack, também realizada pelo Icict/Fiocruz. Aproximadamente, 400 pesquisadores estarão nas cidades brasileiras indo aos domicílios para entrevistar cerca de 20 mil pessoas. A coleta de informações deverá ser concluída em setembro. A divulgação dos resultados está prevista para 2016.



## INDICAÇÃO AO TÍTULO DE PESQUISADOR EMÉRITO DA FUNDAÇÃO

No dia 8 de junho, durante a 2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Icict, o diretor Umberto Trigueiros comunicou ao pesquisador do Laboratório de Informação em Saúde Francisco Viacava a decisão do Conselho Deliberativo da Fiocruz de conceder-lhe o título de Pesquisador Emérito da Fundação. A indicação do nome de Francisco Viacava foi proposta pela Direção do Icict à Presidência da Fiocruz, para submissão ao Conselho Deliberativo da Fundação, em maio último, e representa para o Icict um ato de homenagem e reconhecimento às quase quatro décadas de dedicação e trabalho de grande qualidade de Viacava para a informação em saúde



2ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do Icict

no Brasil. Francisco Viacava será o primeiro Pesquisador Emérito da Fiocruz indicado pelo Icict. "Esta homenagem engrandece o Icict e representa não só um reconhecimento à grande contribuição dada por Francisco Viacava, como também o trabalho de excelência realizado no Icict na pesquisa em informação em saúde". Para Umberto, a concessão desse título emociona

imensamente, pois Chico, como é chamado por todos, é reconhecido por seus pares como referência nacional e internacional no campo.

A homenagem com a entrega oficial do Título será realizada no dia 5 de agosto, dia de aniversário de nascimento de Oswaldo Cruz, na Seção de Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos, por coincidir também com a comemoração dos 115 anos de criação da Biblioteca.

Foto: Ascom / Icict

A perspectiva da experiência foi abordada pelo professor português Adriano Duarte Rodrigues em aula inaugural do Ictict

# Experiência, comunicação e saúde

André Bezerra

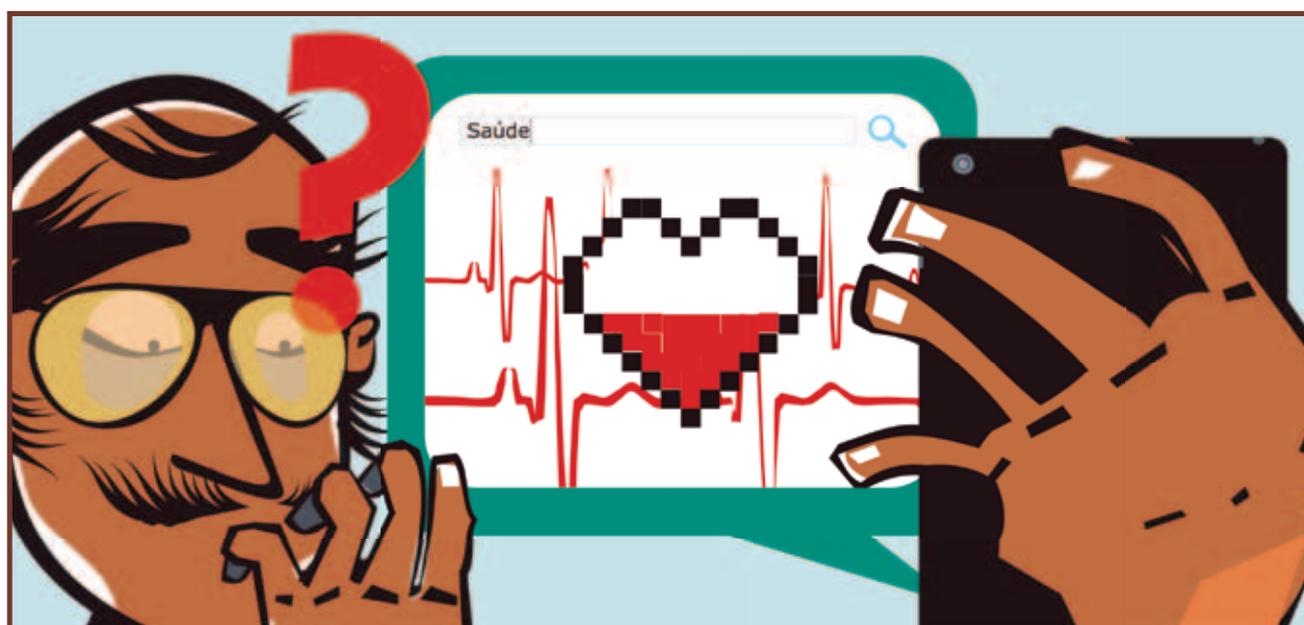


Ilustração: Venício Ribeiro

Nos anos 90, os estudos de comunicação no Brasil viveram uma efervescência em torno dos temas da semiologia e da análise do discurso, sob a égide de professores como Milton Pinto, Fausto Neto e Geraldo Nunes. Naquele momento, a professora e pesquisadora do Ictict Inesita Soares de Araujo era aluna de mestrado da Escola de Comunicação da UFRJ e teve seu primeiro contato com o catedrático português Adriano Duarte Rodrigues. “Ele já era largamente reconhecido como um expoente dos estudos de linguagem, com sua ênfase na dimensão pragmática dos discursos e sua abordagem conceitual de ‘campo’, que influenciou diversas gerações de comunicólogos”, conta.



**Ele não ficou preso às glórias do passado, continuou avançando, publicando, incluindo hoje entre seus interesses os atravessamentos tecnológicos na prática metodológica e analítica**



Foto: Acervo pessoal

*Inesita Soares de Araujo, professora e pesquisadora do Icict*

Duas décadas depois, os dois se reencontram em Portugal, onde Inesita realiza atualmente um pós-doutorado, e aprofundam o diálogo em torno do tema da comunicação e saúde. “Ele não ficou preso às glórias do passado, continuou avançando, publicando, incluindo hoje entre seus interesses os atravessamentos

tecnológicos na prática metodológica e analítica. Aqui no Brasil temos, hoje, muito pouco conhecimento de sua obra”, ressalta a professora. Daí surgiu o convite para que Adriano Duarte Rodrigues proferisse a aula inaugural do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS/Icict).

Realizada em 25 de março, a aula inaugural trouxe o tema “A Comunicação e o Campo da Saúde”. Em sua fala, o professor da Universidade Nova de Lisboa abordou boa parte do pensamento que vem construindo nas últimas décadas, centrado no conceito de experiência. Ele a define no artigo “Comunicação e experiência” (1997) como “a vivência de um acontecimento ou de um fenômeno qualquer, pertencentes quer ao mundo natural, quer ao mundo das relações intersubjetivas, quer ainda ao mundo intrasubjetivo”.

Suas palavras, em alguns momentos, foram abertamente provocadoras. “A relação entre a comunicação e a saúde é um problema”, afirmou ao iniciar a conferência. Para o catedrático, o problema surge pois a comunicação decorre da experiência. “Só temos ou percebemos a experiência da saúde quando deixamos de tê-la. Isso vem do fato de ser uma experiência de dispositivos e de suas falhas”, explicou. Em uma abordagem mais próxima da filosofia, o catedrático evocou aspectos subjetivos da natureza humana. “É um problema insolúvel, assim como a experiência da morte é incomunicável”, acrescentou.



Foto: Raquel Portugal

Aparentemente antagônica ao paradigma da comunicação e saúde que vem sendo estudado nos últimos anos, a apresentação foi saudada por professores e alunos por trazer outra perspectiva. “A diferença e mesmo a divergência de abordagens e pensamentos são fundamentais na vida intelectual. Não assisti a aula de abertura ministrada por ele, mas li o texto base, que me foi gentilmente cedido pelo professor. Não vi nada que possa ser considerado contraditório com algumas das formas de pensar comunicação e saúde mais correntes no PPGICS. Apenas ele fala de outro lugar, vê aspectos que nos passam despercebidos”, avalia Inesita Soares Araujo, em entrevista por email. “Foi uma conversa provocativa, tanto teórico-metodológica quanto do ponto de vista das práticas e processos e que reforça a vocação interdisciplinar do programa de pós-graduação”, afirmou a docente Adriana Kelly dos Santos.



**As sociedades humanas são sociedades de incerteza. Sempre houve incertezas em relação ao nosso futuro, antes de mais nada, porque o futuro, como se diz, a Deus pertence**

*Adriano Duarte Rodrigues*



Foto: Raquel Portugal

## Entrevista com Adriano Duarte Rodrigues

Por ocasião de sua visita ao Ictict para a aula inaugural, *Inova* fez algumas perguntas ao acadêmico português sobre comunicação e saúde no contexto da atualidade e sobre novas tecnologias, assuntos presentes em sua bibliografia.

*Inova - O que torna a relação entre comunicação e saúde insolúvel?*

É uma relação tensa, por várias razões. Uma delas é a natureza do discurso da saúde, que é oposta a do discurso da comunicação. O discurso da comunicação tenta ultrapassar essa dificuldade, mas fica sempre aquém, não a ultrapassa completamente. É possível comunicar a experiência da saúde? É possível sugerir a experiência da doença. A saúde é a capacidade que eu tenho de fazer tudo que eu preciso fazer sem dificuldade, quando eu começo a ter dificuldade para fazer aquilo que eu preciso fazer, quer dizer que surge um problema de saúde. Como é que eu posso fazer a comunicação da saúde se eu não tenho consciência dela? Porque a gente só

consegue ter a consciência da saúde quando a perde. Como é que eu posso transmitir a consciência que eu tenho do meu coração? Se ele está trabalhando corretamente, a gente sequer se lembra que tem coração, não é? Só quando eu tenho uma falha no coração eu transmito os sintomas, eu mostro os sintomas dessa falha. Quer dizer, esta é a comunicação dos sintomas.

*Inova - O mundo atual se encontra diante de várias incertezas econômicas, políticas e sociais. Como isso afeta instituições e profissionais que trabalham com comunicação e saúde?*

Eu vou corrigir um pouquinho a primeira parte da sua pergunta. Você diz que no mundo atual há muitas incertezas políticas, econômicas, sociais. A correção

que eu queria fazer é que não é no mundo atual. Sempre foi assim. As sociedades humanas são sociedades de incerteza. Sempre houve incertezas em relação ao nosso futuro, antes de mais nada, porque o futuro, como se diz, a Deus pertence. Nós não sabemos o que é. E também incertezas sobre o sentido que podemos dar a nosso presente. Precisamente isso é o que eu chamo de um dos componentes de nossa experiência no mundo, que é lidar com incertezas. Desde que o ser humano existe, ele depende de suas escolhas, e as escolhas nunca são pré-determinadas, são escolhas. E, portanto, as incertezas são constitutivas da nossa experiência como seres humanos.

*Inova - Houve então alguma mudança na experiência da saúde como a vivemos hoje?*

O problema da saúde sempre foi substancialmente idêntico ao do nosso tempo. A grande diferença talvez esteja na pretensão que hoje temos de poder resolver os problemas da saúde pelas nossas mãos, pelas nossas forças, o que é uma ilusão. Nós não podemos nunca resolver o problema da saúde em sociedade alguma, nem hoje como ontem. Simplesmente temos a pretensão de disciplinarizar a nossa experiência. O que hoje nós podemos dizer é que os desafios que se colocam atingiram uma dimensão global, isso é talvez o que há de mais novo em nosso tempo. Há cinquenta anos, nós vivíamos relativamente fechados em nossas sociedades. Isso era uma defesa e também

uma coação, um constrangimento. Hoje temos a possibilidade de estar presentes um pouco no mundo todo. Essa globalização coloca desafios novos, ecológicos. Os problemas da saúde hoje têm a ver com os problemas ecológicos e essa globalização. Ao dizer isso, estou a exagerar, pois o ser humano sempre viveu uma experiência global, e foi isso que o fez povoar o nosso planeta. As migrações de tribos através do nosso planeta povoaram os cinco continentes, desde a pré-história. Mas isso hoje é mais instantâneo, é mais rápido. Há uma dimensão do tempo que foi quase anulada pela instantaneidade da possibilidade de acesso ao mundo inteiro. Portanto, eu diria que os problemas com os quais hoje a saúde se debate decorrem das questões ecológicas desta experiência da nova globalização, que estamos vivendo neste princípio do século XXI.

*Inova - Em seu trabalho, o senhor aponta um confronto entre visões otimistas e pessimistas sobre as novas tecnologias da informação. Como o senhor vê o papel dessas tecnologias como ferramentas para a saúde pública?*

Desde sempre, os seres humanos conviveram mal com suas invenções. Nós inventamos as coisas e depois temos, ou uma visão otimista, pensamos que descobrimos a pólvora, para poder usar a expressão, ou pensamos que descobrimos a resposta para nossos problemas, aquilo que se chama de visões otimistas. Ao mesmo tempo, ficamos assustados com

o resultado das nossas invenções. Tanto uma atitude como a outra são atitudes xenófobas em relação às técnicas. É uma metáfora que estou utilizando. Assim como nós temos a xenofobia ao estrangeiro, ao outro, ao diferente de nós, também temos atitudes xenófobas em relação a nossas tecnologias. Como se as técnicas que nós inventamos fossem diferentes de nós, ou nos dominassem, nos controlassem, nos substituíssem na nossa experiência. Isso é uma ilusão perniciosa. Das nossas tecnologias, não devemos ter medo nem entusiasmo. Devemos conviver com elas como obras das nossas mãos, que podemos usar para facilitar a nossa vida. E fomos nós quem as inventamos. Não caíram do céu. São invenções nossas e foram inventadas para coisas boas. Agora, nós podemos fazer coisas más com elas. Sempre foi assim. Quando inventaram a escrita, nós podemos escrever coisas maravilhosas, e pudemos escrever coisas assassinas. Quando inventaram a imprensa, pudemos publicar livros encantadores, que nos fazem ser cada vez melhores, e pudemos publicar livros que nos arrastam para fazer coisas péssimas. Tudo sempre foi assim. Temos que admitir a responsabilidade de fazer escolhas sobre o uso das técnicas com as quais convivemos. Outra coisa importante é que essas novas técnicas são de um tipo diferente das técnicas dos séculos XVIII e XIX. As técnicas então eram mecânicas. Eram máquinas gigantescas e nós as víamos funcionar. As técnicas do nosso tempo estão incorporadas em nós. O que é o celular senão

um dispositivo que nós trazemos no bolso, às vezes no ouvido, não é? Esta incorporação é algo novo no nosso tempo. E é sobre esse tipo de incorporação das técnicas, aquilo que eu chamo de dispositivos técnicos, que temos que refletir para descobrir a melhor maneira de convivermos com elas. As técnicas do nosso tempo são um pouco como o marca-passo, como o rim artificial. São dispositivos incorporados. Não incorporados fisicamente, como no coração, mas incorporados em nossa experiência como seres dotados de linguagem, são dispositivos da linguagem ■



**Assim como nós temos a xenofobia ao estrangeiro, ao outro, ao diferente de nós, também temos atitudes xenófobas em relação a nossas tecnologias**

*Adriano Duarte Rodrigues*

## Comunicação e saúde: problemáticas de relações

Por Igor Sacramento

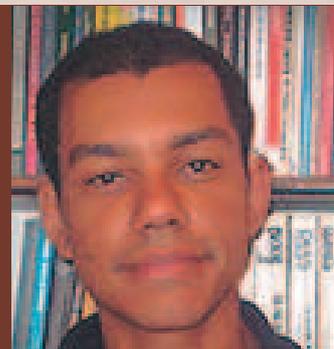


Foto: Vinicius Marmho

Acredito que a relação problemática entre comunicação e saúde se deve, como observou o professor Adriano Duarte Rodrigues, a uma visão instrumental da comunicação como mero conjunto de estratégias, práticas, tecnologias e produtos que visam à transmissão de informações e, no campo da saúde, particularmente, à disseminação de hábitos saudáveis em determinados grupos sociais. Essa perspectiva não reconhece a comunicação como um campo do saber e se detém nas competências comunicacionais (o saber fazer comunicação ou saber usar as tecnologias, a prática) em detrimento do debate epistemológico (as definições, limites e interfaces da comunicação com outros campos). Ignorar essa dimensão pode levar a uma tecnofilia acrítica, em que se tomam as tecnologias de comunicação como, em si mesmas, garantias da inclusão social e da promoção da saúde. É preciso considerar, por exemplo, que o acesso a informações sobre saúde na internet altera a relação entre médico e paciente e reconfigura a própria autoridade do saber médico, tornando a experiência da doença e do estado generalizado de quase-doença (da necessidade de evitar agora o risco de vir a adoecer) cada vez mais alargada e legitimada socialmente. Afinal, nas sociedades contemporâneas, a mídia é um importante vetor das transformações de nossas concepções sobre a verdade, a realidade, a alteridade e também sobre a saúde. Portanto, a relação entre comunicação e saúde é problemática, na medida em que são campos com estruturas, lógicas, agentes, questões, teorias e objetivos distintos, mas que interagem e se tensionam nos processos de definição e valoração pública acerca do saudável e do patológico.

---

*Igor Sacramento é doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do Laboratório de Comunicação e Saúde (Laces) do Ictict/Fiocruz.*



# SAÚDE AMANHÃ

## Prospecção Estratégica para o Sistema de Saúde Brasileiro

**Qual o futuro do sistema de saúde brasileiro?**  
Essa é a pergunta norteadora do projeto A Saúde no Brasil em 2030, uma parceria da Fiocruz com a Presidência da República, o Ministério da Saúde e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.



Ministério da Saúde

FIUCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



[saudeamanha.fiocruz.br](http://saudeamanha.fiocruz.br)

Coordenador da rBLH destaca a construção do conhecimento científico realizada no Icict e resalta a qualidade das pesquisas feitas na unidade

# PPGICS: teses sobre aleitamento materno ganham repercussão em fóruns do SUS

Graça Portela

De novembro de 2014 ao primeiro semestre de 2015, quatro alunas do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação em Saúde (PPGICS/Icict) elaboraram teses sobre questões relativas ao aleitamento materno. Duas já foram defendidas, uma qualificada e outra está em vias de qualificação. Pode parecer pouco, mas o aumento do interesse sobre o tema se deve à ampliação da visibilidade que a própria Rede de Bancos de Leite Humano (rBLH), coordenada pela Fiocruz, conquistou nos últimos anos impulsionada, principalmente, pelo crescimento de mais de 78% no número de doadoras, entre 2004 e 2014.



Arte sobre foto de Vinícius Marinho

## A temática é vastíssima, tanto no componente da Comunicação, quanto no da Informação

O interesse dos alunos do PPGICS é também resultado da parceria firmada entre o Icict e a rBLH. “A contribuição do instituto é notória. Eu destacaria a reflexão acadêmica sólida propiciada pelo PPGICS, aonde os alunos vêm analisando questões extremamente importantes que vão, sem sombra de dúvidas, potencializar nossas ações. E também a estruturação do serviço de informação da rBLH, com a construção de sites e, principalmente, o desenvolvimento do sistema de informação que nos permite monitorar e avaliar em tempo real as ações estratégicas dos Bancos de Leite Humano do Brasil e dos 23 países cooperantes da rBLH”, destaca João Aprígio Guerra de Almeida, coordenador da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH-BR) e do Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano, que compõem a rBLH.

João Aprígio faz um balanço das teses apresentadas e das que ainda serão defendidas no PPGICS. Segundo o coordenador da rBLH, o trabalho que está sendo desenvolvido (em fase de qualificação) pela jornalista Roberta Raupp, «Práticas de Comunicação que mobilizam a doação de leite humano no Distrito Federal», tenta compreender as dinâmicas estabelecidas na perspectiva da comunicação que levaram Brasília a ser a única cidade no mundo a atingir a autossuficiência em leite humano.

Já a tese da jornalista do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz) Irene Kalil, “De silêncio e som: a produção de sentidos nos discursos oficiais de promoção e orientação ao aleitamento materno brasileiro», defendida em março deste ano, aborda a temática do aleitamento

materno pela ótica da mulher como protagonista, e as relações que se estabelecem a partir das práticas comunicacionais dessa mulher.

No final de 2014 foi a vez de a jornalista da revista Radis (Ensp/Fiocruz) Liseane Morosini defender a tese «Comunicação, história e vida na Rede de Bancos de Leite Humano». Liseane se dedicou a compreender como se estabelece a agenda da comunicação e, efetivamente, quais são os alcances e limites das práticas comunicacionais dentro da rBLH.

Outra tese, a da aluna Mariana Barros, defendida em junho de 2015, aborda a questão do capital social da rBLH-BR na perspectiva da informação, sob o viés das dimensões estrutural, relacional e cognitiva. O estudo oferece bases para a tomada de decisões estratégicas para o planejamento futuro das ações de informação em seus diferentes níveis de complexidade.



Foto: Gilmar Felix

João Aprígio Guerra de Almeida, coordenador da Rede Brasileira e do Programa Ibero-americano de Bancos de Leite Humano

Bastante entusiasmado com o que está sendo produzido, o coordenador da rBLH ressalta a importância da contribuição das teses apresentadas e dá inúmeras sugestões de estudo. “A temática é vastíssima. Na comunicação, acredito que temos um problema premente que tem que ser encarado agora e que pode ser desdobrado em vários objetos de investigação. Entre eles, destaco as campanhas que visam à mobilização social em favor da doação de leite humano, que deveriam considerar a diversidade cultural de um país de dimensões continentais como o Brasil”, avalia.

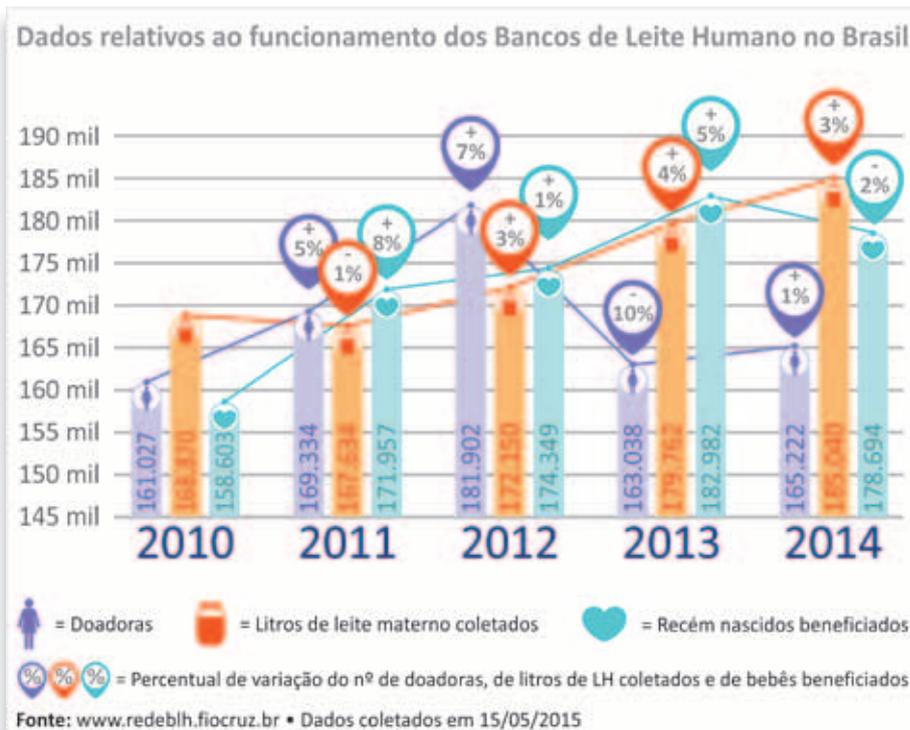
Para João Aprígio, o fato de a Rede de Bancos de Leite Humano ser referência no tema aleitamento materno para o Ministério da Saúde, e também para 23 ministérios da saúde na América Latina, Caribe Hispânico e alguns países africanos, torna-a um locus privilegiado de interlocução para a formulação de políticas públicas e também abre perspectivas concretas de estudos que estão sendo conduzidos no âmbito do PPPGICS.

“Por exemplo, os resultados da tese sobre autossuficiência de leite humano na perspectiva da comunicação dos bancos de leite humano do Distrito Federal serão levados ao II Fórum ABC-Fiocruz de Cooperação Internacional em Banco de Leite Humano, em setembro próximo. Também serão discutidos com a Comissão Nacional de Bancos de Leite Humano, com o Colegiado de Coordenadores de Centros de Referência e com a Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do MS, a fim de revermos as ações das campanhas de doação de leite humano no Brasil”, afirma.

João Aprígio reitera que o Icict está proporcionando, de forma muito concreta e objetiva, uma nova fase de trabalho no âmbito da construção do conhecimento científico sobre comunicação e informação na rBLH. “Precisamos trabalhar cada vez mais o conhecimento eficiente, a fim de produzir as transformações necessárias em favor da saúde da criança. As famílias brasileiras agradecerão muito”, avalia ■



**Precisamos trabalhar cada vez mais o conhecimento eficiente, a fim de produzir as transformações necessárias em favor da saúde da criança**





## Comunicação e informação audiovisual fortalecendo o SUS

Estamos também nas redes sociais:

[facebook.com/videosaudefiocruz](https://facebook.com/videosaudefiocruz)

[youtube.com/videosaudefio](https://youtube.com/videosaudefio)

[twitter.com/videosaude](https://twitter.com/videosaude) ou [@videosaude](https://twitter.com/videosaude)



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



[icict.fiocruz.br](https://icict.fiocruz.br)

Considerada uma das regulações autorais mais restritivas do mundo, a LDA brasileira não permite digitalização de acervos nem para fins educativos.

# Lei de Direito Autoral impacta acesso aberto ao conhecimento

Clarisse Castro e Claudio Oliveira

Com um acervo composto por mais de um milhão de volumes, a Biblioteca de Manguinhos chega aos seus 115 anos aliando tradição e tecnologias. Sem deixar de lado suas atividades rotineiras, a biblioteca se modernizou e hoje oferece serviços que vão além de seu espaço físico. Um deles é a digitalização e disponibilização de obras raras, acervo composto por cerca de 600 títulos de revistas científicas nacionais e internacionais datadas nos séculos XVIII, XIX e XX e que podem ser acessadas no site do Laboratório de Digitalização de Obras Raras. O setor realiza a digitalização de obras raras e especiais da Biblioteca de Manguinhos e possibilita o acesso, em formato digital, a livros e periódicos. A iniciativa contribui não só para a preservação do original, mas também para a universalização do acesso a informação.

De acordo com Maria Claudia Santiago, graduada em história e chefe da Seção de Obras Raras A. Overmeer da Biblioteca de Manguinhos, o livro *Historia Brasiliae*, publicado em 1648, é o material mais antigo disponível para consulta, mas outros ainda mais raros serão disponibilizados em breve. “Recebemos a doação do livro *Rimas Sacras* da família de Antônio Fernandes Figueira. É uma publicação de 1616. Além dela, também estamos trabalhando no tratamento técnico de dois mapas do século XVII”.

A iniciativa se soma à Política de Acesso Aberto ao Conhecimento promovido pela Fiocruz que, através do seu Repositório Institucional (Arca), disponibiliza para a sociedade parte significativa da sua produção científica - teses, dissertações e artigos científicos. As restrições ao acesso se limitam àquelas impostas pelos editores das revistas científicas.

## Cenário cultural controverso

Em março de 2014, a Fiocruz lançou oficialmente a sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento. Através dessa iniciativa, a instituição se compromete junto à sociedade civil com a defesa e o estímulo ao acesso à informação como elemento inseparável ao exercício da cidadania. Agora, cerca de um ano após o lançamento, a questão central é como fazer o acesso aberto avançar. A preocupação é legítima porque esbarra em um cenário cultural controverso: ao mesmo tempo em que diversas instituições produtoras de conhecimento no Brasil estão se alinhando ao Movimento Internacional para o Acesso ao Conhecimento, alguns aspectos da legislação brasileira ainda tendem a emperrar a democratização da informação.

A Lei de Direito Autoral - LDA (de número 9.610, de 1998) em vigência no país é um desses fatores. Isso porque nos moldes em que está posta, ela restringe substancialmente o acesso, a conservação e o compartilhamento de obras impressas e audiovisuais. Durante toda a vida do autor e nos próximos 70 anos após a sua morte, se não houver autorização prévia deste ou de seus tutores legais, nenhuma obra pode ser reproduzida total ou parcialmente, nem citada textualmente, sequer declamada, mesmo que seja sem fins lucrativos ou com interesses educativos. Nesse contexto, um dos melhores exemplos encontra-se na disponibilização da Revista Brasil Médico, publicada entre 1887 e 1971, por parte da Seção de Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos. “A revista é uma das mais consultadas, mas uma grande parte não pode ser disponibilizada na rede em função da lei. Nos orientamos pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional”, diz Maria Claudia Santiago.



Maria Claudia Santiago, graduada em história e chefe da Seção de Obras Raras da Biblioteca de Manguinhos



**Não é possível fazer pesquisa sem consulta. A biblioteca faz parte do desenvolvimento da Fiocruz**

Foto: Claudio Oliveira



Foto: Virginia Dama



**Nem todo uso não autorizado é ilegal, muitos usos são perfeitamente legítimos e legais, e decidir sobre o que pode ser usado sem autorização e pagamento não cabe ao autor ou titular**

*Allan Rocha, consultor jurídico*

Se considerarmos apenas as questões relativas ao acesso aberto, facilmente identificamos os impactos da Lei de Direito Autoral. Pensemos, por exemplo, nas bibliotecas brasileiras, físicas e virtuais. Elas existem justamente para organizar, preservar a memória e disponibilizar o conhecimento existente, mas algumas de suas práticas cotidianas mais corriqueiras são, dentro do que determina a LDA, passíveis de ilegalidade. “O empréstimo entre bibliotecas e a reprodução de exemplar raro e de difícil acesso são questionados, por exemplo. O próprio armazenamento digital do material existente e adquirido pela biblioteca é questionado”, explica o consultor jurídico da Fiocruz e professor do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Allan Rocha.

Além do desconforto simbólico que isso gera para as bibliotecas, implica também nos custos de suas atividades centrais, segundo a consultora do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, Jhessica Reia. “Pedir as autorizações para os autores/herdeiros, encontrar autores

de obras órfãs (quando não se sabe se o autor está vivo ou quem seriam seus herdeiros) e obter licenciamentos pode se mostrar uma tarefa não apenas difícil, como muito custosa. A pessoa ou instituição responsável pela digitalização acaba tendo duas opções: assumir os riscos tanto da digitalização quanto da disponibilização desses materiais, ou simplesmente não realizar a digitalização. As duas alternativas são bastante ruins, e poderiam ser evitadas se a lei de fato contemplasse os aspectos de interesse público do sistema de proteção autoral.”

## Reformar é preciso

Diante deste cenário, especialmente a partir da popularização da internet no país, diversas instituições, organizações e personalidades brasileiras discutem a necessidade de uma reforma na Lei 9.610/98. O que as mobiliza é a constatação de que a legislação atual não responde mais às práticas e necessidades da sociedade contemporânea. É que a LDA se estrutura sobre o argumento

de zelar pelos detentores dos direitos autorais, mas não especifica, a partir de exemplos reais, o que pode ou não ser realmente enquadrado como uma prática ilícita.

O resultado é uma espécie de queda de braço: de um lado os autores e as empresas, que lucram com a criação, defendendo a concepção de que todo uso não autorizado é ilegal; do outro lado está a sociedade, que segue multiplicando, compartilhando e fazendo usos diversos dos conteúdos que lhe interessa. Ou seja, deslegitimando a atuação legal.

Em 2007, durante a gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura, essa discussão ganhou corpo com a criação do Fórum Nacional de Direito Autoral, que até 2009 realizou diversos encontros e debates entre sociedade civil, artistas, pesquisadores e representantes das indústrias criativas do país. Substanciado por este debate público, o Ministério da Justiça criou um anteprojeto de reforma e modernização da lei, que foi submetido a uma consulta pública por quase três meses, recebendo 7.863 contribuições.



Foto: acervo pessoal



## Quando uma lei de direito autoral muito restrita diminui as possibilidades de acesso, a sociedade e a própria construção do conhecimento acabam sendo prejudicadas

*Jhessica Reia, pesquisadora da FGV*

Segundo as diretrizes do Fórum, o anteprojeto de reforma precisaria enfrentar três questões centrais impostas pela atual LDA. A primeira delas é a desigualdade na relação entre autores e investidores, marcada pela cessão total de direitos dos primeiros, criadores das obras, para as empresas detentoras, sem possibilidade de revisão contratual. A segunda questão é o desequilíbrio entre os direitos autorais e os direitos da sociedade de ter acesso ao conhecimento e à cultura, resguardados pelos Tratados Internacionais de Direitos Fundamentais. E a terceira questão é que pela lei atual, o Estado não tem qualquer papel na proteção e promoção dos direitos autorais no país, o que desestimula e até impede a criação de políticas públicas específicas para o setor.

Neste sentido, o anteprojeto avança ao propor uma supervisão estatal e a regulamentação da gestão coletiva de direitos autorais. Não é objetivo do anteprojeto desproteger os autores brasileiros. O que se pretende, segundo os especialistas ouvidos nessa reportagem, é criar exceções aos rígidos parâmetros da lei atual, limites à sua

atuação, de modo que a sociedade possa usufruir mais plenamente de seus direitos à informação e liberdade de expressão.

“Nem todo uso não autorizado é ilegal, muitos usos são perfeitamente legítimos e legais, e decidir sobre o que pode ser usado sem autorização e pagamento não cabe ao autor ou titular, e muito menos o julgamento sobre se isto pode ou não cabe ao provedor. Se assim o fosse estaríamos criando um tribunal privado de direitos autorais junto com a censura privada. Não tenham dúvidas que deste processo estariam sumariamente alijados os cidadãos e os autores, pois seria um debate entre gigantes corporativas do mundo digital versus as indústrias culturais”, defende Rocha.

O movimento pela reforma na LDA atual aponta que modernizar a lei é urgente diante do atual estágio de comunicação por que passa a sociedade contemporânea, pressionada pelas inovações tecnológicas que permitem conexões cada dia mais velozes, que incitam possibilidades dinâmicas de negócios e de produção de conhecimentos, e que sofrem as regu-

lações do mercado e do sistema econômico atual. Os processos políticos e legislativos vigentes parecem não acompanhar esse ritmo. Por isso já em 2012 o Brasil foi considerado um dos cinco países com as piores legislações sobre direitos autorais dentre trinta países analisados pela *Consumers International's IP Watchlist*.

Para especialistas, é difícil pensar numa ciência ativa, que produza inovações e ao mesmo tempo assegure sua disseminação, neste contexto legislativo. “O saber acadêmico é construído a partir do conhecimento já discutido, estabelecido, desconstruído e repensado, sendo essencial nesse processo que se tenha acesso ao que já foi escrito e publicado. A pressão pela internacionalização da produção acadêmica brasileira é cada vez maior, mas para se produzir trabalhos de qualidade é preciso ter acesso ao que foi criado anteriormente sobre o tema. Quando uma lei de direito autoral muito restrita diminui as possibilidades de acesso, a sociedade e a própria construção do conhecimento acabam sendo prejudicadas”, afirma Jhessica Reia.

## O que aconteceu com o anteprojeto de reforma da Lei de Direito Autoral

Apesar dos argumentos favoráveis à reforma da LDA, sua concretização esbarra em pelo menos duas fortes resistências: uma de caráter mercadológico e outra de caráter político. Do ponto de vista do mercado, sobretudo das grandes corporações de direitos autorais, ocorre uma intensa movimentação contra as limitações à lei previstas pelo anteprojeto, objetivando evitar o conhecimento e a prática dos usos livres legítimos sem autorização prévia ou pagamento. Do ponto de vista político, o texto segue parado no Ministério da Cultura. Em 2008, quando Gilberto Gil deixou de ser ministro e foi substituído por Juca Ferreira, o projeto manteve continuidade legal.

Quando a Presidente Dilma Rousseff assumiu o Governo Federal em 2010, nomeou Ana de Hollanda como ministra da Cultura. Em artigo recentemente publicado na revista *Reciis*, Jhessica Reia e Pedro Nicoletti Mizukami, também consultor do Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, fazem um retrospecto do processo histórico da reforma, no qual apontam que “a proximidade da nova ministra com a indústria fonográfica e com o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD) foi recebida com apreensão por diversos participantes do processo. [...] Houve, ainda, uma revisão do texto do anteprojeto, vazado pela Revista Fórum, que apesar de tornar o texto mais brando, não era uma revisão substancial. O Ministério, nesse período, não demonstrou sinais de que tinha de fato comprado

a ideia de uma reforma da LDA, e tampouco de que estava empenhado em fazer com que ela se tornasse realidade”.

Em 2015, o retorno de Juca Ferreira ao Ministério da Cultura reacendeu as expectativas de continuidade do processo. Procurado pela reportagem para esclarecer em que fase se encontra a proposta de reforma, o MinC respondeu em nota que a Casa Civil lhe devolveu o anteprojeto, e que “a equipe do ministro Juca Ferreira irá avaliar o texto para posterior devolução à Casa Civil, o que deve ocorrer ainda este semestre”. De fato, em sua fala de posse, o ministro colocou a reforma da lei como um dos objetivos centrais de sua gestão. “A modernização da legislação pode beneficiar tanto aos criadores quanto atender às demandas dos cidadãos de acessar e compartilhar cultura e conhecimento”, disse. Resta saber se dessa vez o governo federal realmente enfrentará essa questão ■

**A modernização da legislação pode beneficiar tanto aos criadores quanto atender às demandas dos cidadãos de acessar e compartilhar cultura e conhecimento**



Juca Ferreira, Ministro da Cultura

Foto: Pedro França-MinC - Brasil



Foto: Bruno Monteiro



**PROQUALIS**

## Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e a Segurança do Paciente



Ministério da Saúde  
**FIUCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz



**ICICT**  
Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

Proqualis é uma iniciativa do Ministério da Saúde, concretizada e liderada pela Fiocruz, que visa contribuir para tornar as práticas de saúde no Brasil mais efetiva e mais seguras.

**[proqualis.net](http://proqualis.net)**

Após a aposentadoria planejada para 2016, Claudia Maria Travassos permanecerá participando de projeto que analisa as relações societárias de empresas que atuam no setor da saúde

# A privatização da saúde continuará a ser pesquisada

Carlos Tautz

O trabalho volumoso nunca assustou Claudia Maria Travassos, pesquisadora que há três anos trabalha como editora-chefe da revista *Cadernos de Saúde Pública* (CSP) e há mais de 20 integra seu quadro editorial. Dividindo a chefia de editoria com Marília Sá Carvalho e Claudia Medina Coeli, Claudia participa da análise de cerca de duas mil submissões de artigos que a revista recebe por ano. Ela também é pesquisadora titular do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict), e coordenadora do Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e a Segurança do Paciente (Proqualis).

Foto: Sxc.hu Stock Photos - freemages

“O Proqualis é mais importante para mim por seu caráter inovador, por eu ter contribuído na sua concepção e porque até hoje eu o coordeno, mas, além disso, ele foi fundamental na definição do Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) do Ministério da Saúde, instituído em 2013”, lembra Claudia, que também é membro titular do Comitê Assessor de Saúde Coletiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Segundo a pesquisadora, o Proqualis tem e teve, nos últimos anos, uma participação fundamental em sua vida profissional, pois trata-se de um projeto que envolve grande volume de trabalho e com significativa disseminação entre os profissionais de saúde e pesquisadores da área de qualidade e segurança do paciente.

Por todas essas realizações é que Claudia, embora se anime com a aposentadoria no início de 2016, ressalta que não vai parar de pesquisar. “Continuarei participando da investigação coordenada pela professora Lígia Bahia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Uerj), sobre o padrão societário da comercialização de empresas de planos de saúde, organizações de qualidade e segurança do paciente e farmácias, entre outras. Fazer a análise aprofundada do setor privado ligado ao cuidado em saúde no Brasil ajudará muito a entender essa dinâmica”, antecipa. E acrescenta: “também quero pesquisar as relações de compra e venda na saúde, voltando ao tema da privatização, de que já tratei no início da minha vida profissional”.

Formada em medicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1975 e pesquisadora titular na Fiocruz desde 1979, Claudia revela em seu currículo Lattes o interesse por temas como equidade, avaliação de sistemas e serviços de saúde, acesso e utilização de serviços de saúde, qualidade do cuidado de saúde e segurança do paciente. “Obtive todas as bolsas do CNPq desde a iniciação científica”, conta ela para mostrar sua dedicação à pesquisa.



Foto: Raquel Portugal

Claudia Maria Travassos, pesquisadora titular do Laboratório de Informação em Saúde (Lis/Icict)

Claudia é ainda vice-líder do grupo de pesquisa Informa e Saúde, do Lis/Icict, que congrega grande parte dos pesquisadores do laboratório. “Minha participação no laboratório sempre foi ligada a temas relativos aos sistemas e aos serviços de saúde. Junto com Francisco Viacava assessoriei o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde (MS) na elaboração do questionário e análise dos dados dos Suplementos Saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998, 2003 e 2008. Com base nesses dados produzi artigos sobre equidade em saúde. Também participei da criação da Metodologia de Avaliação do Desempenho do Sistema de Saúde, o Proadess, projeto coordenado pelo pesquisador Francisco Viacava. Realizei no laboratório as primeiras pesquisas sobre a segurança do paciente”, comenta.



## Fazer a análise aprofundada do setor privado ligado ao cuidado em saúde no Brasil ajudará muito a entender essa dinâmica



Foto: Sxc.hu Stock Photos - freemages



## O campo da comunicação precisa ser levado em consideração quando se trata de saúde pública

Claudia Maria Travassos

No entanto, agora Claudia pretende reduzir o ritmo em algumas atividades. “Pretendo instituir e coordenar um Conselho Editorial para a seleção de temas e autores da nova linha de publicações do Proqualis. Espero um volume de trabalho menor, inclusive porque vou sair da coordenação e assumir quase que um papel de assessoria nas linhas de trabalho a que vou me dedicar”.

Seu dia a dia na produção da CSP, uma das mais importantes revistas de saúde da América Latina, também começará em breve a ser menos puxado. Mas a aposentadoria de Claudia vai alterar a rotina da publicação, pois ela e as demais editoras da revista rejeitam, logo na etapa de recebimento, quase 65% dos textos – perto de 1.300 propostas.

“Cerca de 35% do total são submetidos a dois ou três pareceristas e somente pouco mais de 14%, em média, são publicados”, observa, para

exemplificar o montante de trabalho que envolve, todos os meses, um total de 15 pessoas na produção e pelo menos outras 38 nas editorias da CSP, que em 2015 completou 31 anos de publicação ininterrupta. Nesse período, ano a ano, a CSP foi incorporando ao seu escopo editorial temas da conjuntura nacional e internacional. “Os três primeiros números de 2015, por exemplo, abordaram o tema das mudanças climáticas nas matérias de capa”, comenta.

Nas mãos, a pesquisadora exhibe a publicação que também se qualifica pelo tratamento visual e gráfico refinado dedicado aos temas abordados, como epidemiologia, nutrição, planejamento e avaliação em saúde, ecologia e saúde ambiental e ciências sociais. “O campo da comunicação precisa ser levado em consideração quando se trata de saúde pública”, afirma.

Aliás, o trabalho intenso na CSP, devido à quantidade de submissões, acaba produzindo em Claudia uma avaliação bem crítica. “Essa quantidade de trabalhos expressa pelo menos duas dimensões: o aumento na produção de pesquisas em saúde coletiva, o que é bom, mas também reflete um quadro em que o pesquisador é cobrado e avaliado pelo volume do que produz e não, prioritariamente, pelo seu componente de inovação, o que é perverso”.

Na opinião dela, as regras de avaliação do CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) induzem a essa situação porque têm “um viés excessivamente quantitativista muito marcado”, que privilegia o volume de textos publicados em detrimento da sua qualidade, inovação e ineditismo. Crítica, a propósito, recorrente em parte expressiva da comunidade científica brasileira ■





# SINITOX

## Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas

Tem como principal atribuição coordenar a coleta, compilação, análise e divulgação dos casos de intoxicação e envenenamento notificados no país pelos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATs). Para entrar em contato com o CIAT mais próximo de sua região utilize

**Disque Intoxicação: 0800 722 6001**



Ministério da Saúde  
**FIOCRUZ**  
 Fundação Oswaldo Cruz



**[fiocruz.br/sinitox](http://fiocruz.br/sinitox)**

Projeto Saúde Amanhã articula rede de pesquisa para a prospecção estratégica do futuro do sistema de saúde brasileiro

# Olhar para o futuro para planejar o presente

Bel Levy

Quais as tendências para o futuro da Saúde no Brasil, no horizonte dos próximos 20 anos? Quais os desafios e oportunidades para efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS) conforme concebido pela Constituição Federal, em 1988? Quais as políticas públicas necessárias no presente para garantir a universalidade, a equidade e a regionalização do sistema nacional de Saúde Pública? Essas são as questões colocadas pelo projeto Saúde Amanhã, iniciativa pioneira da Fiocruz na área de estudos de futuro.



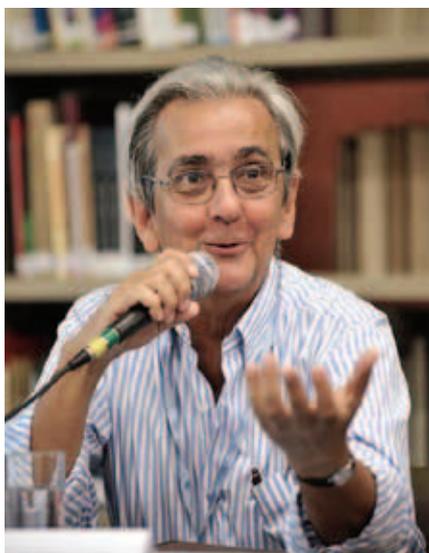


Foto: Peter Illiciev

José Noronha, coordenador executivo do projeto Saúde Amanhã



## Prospectar o futuro significa analisar o presente e as consequências das diferentes ações políticas que podem ser tomadas neste contexto, em curto, médio e longo prazo

## Em defesa do SUS

Como rede de prospecção estratégica do futuro da Saúde no Brasil, a iniciativa articula o conhecimento gerado por sua equipe multidisciplinar de pesquisadores em um portal na internet: [www.saudeamanha.fiocruz.br](http://www.saudeamanha.fiocruz.br). Além de disponibilizar integralmente o conteúdo dos livros e relatórios do projeto Saúde Amanhã, o portal busca dinamizar o debate em torno desses temas por meio de entrevistas com estudiosos do SUS e das políticas sociais no Brasil.

A partir de diferentes pontos de vista – como a organização do sistema de saúde, o financiamento setorial e a regionalização do SUS, por exemplo – os pesquisadores abordam de que maneira questões como o envelhecimento populacional, a transição demográfica e a trajetória de desenvolvimento do país impactam a Saúde. Diante do fortalecimento da agenda neoliberal no Brasil, os pesquisadores são unânimes sobre a necessidade de reafirmar a Saúde como um direito da população e um dever do Estado, que portanto deve investir neste setor e garantir as bases para o seu pleno desenvolvimento.

A sanitarista Maria Angélica Borges dos Santos, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) e colaboradora do projeto Saúde Amanhã, ressalta os desafios que a globalização e o neoliberalismo trazem para o SUS: “Como um sistema de saúde público universal pode garantir os seus princípios equitativos em uma sociedade cada vez mais globalizada e mercantilizada?”, questiona. Autora do capítulo “Mix Público-Privado no Sistema de Saúde Brasileiro: Realidade e Futuro do SUS”, que integra o livro *A Saúde no Brasil em 2030: Diretrizes para a Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro*, Maria Angélica critica a abertura da Saúde ao capital estrangeiro e preocupa-se com as consequências da medida em longo prazo.

Desenvolvido no Icict, o projeto tem o apoio do Ministério da Saúde. Em sua primeira fase, em 2012 e 2013, com a colaboração da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a iniciativa gerou a publicação do livro *A Saúde no Brasil em 2030: Diretrizes para a Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro*, disponível no portal SciELO. Para o segundo semestre de 2015 está previsto o lançamento de mais 3 volumes: *Brasil Saúde Amanhã: População, Economia e Gestão*; *Brasil Saúde Amanhã: Complexo Econômico Industrial da Saúde*; e *Brasil Saúde Amanhã: Organização dos Cuidados em Saúde*.

Para analisar as diversas tendências que modelam o futuro do sistema de saúde no Brasil, o projeto Saúde Amanhã dedica-se à prospecção estratégica de três cenários distintos: otimista e possível; pessimista e plausível; e inercial e provável. Cada um destes cenários leva em conta eixos temáticos preponderantes para o sistema de saúde e suas tendências no horizonte dos próximos 20 anos: Desenvolvimento e Saúde, População e Saúde, Condicionantes da Saúde, Organização do

Sistema de Saúde, Financiamento Setorial, Complexo Econômico e Industrial da Saúde e Prospecção Estratégica em Saúde.

“Prospectar o futuro significa analisar o presente e as consequências das diferentes ações políticas que podem ser tomadas neste contexto, em curto, médio e longo prazo”, aponta o coordenador executivo do projeto Saúde Amanhã, o pesquisador José Carvalho de Noronha. Ele explica que, como uma rede de pesquisa multidisciplinar, a iniciativa aborda o futuro da Saúde no Brasil a partir de perspectivas diversas e complementares. “A proposta é identificar os caminhos possíveis e as políticas públicas necessárias para viabilizar e fortalecer o SUS como um sistema de saúde universal, público, gratuito e de qualidade”, comenta.

Para o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, o projeto Saúde Amanhã marca um avanço da Fundação no campo da prospecção estratégica de futuro. “É um tema inovador e desafiador que precisa ser explorado em rede por pesquisadores e instituições. Isso é fundamental para que o setor Saúde participe ativamente do debate sobre o projeto de país que queremos”, afirma.

## Conheça o portal Saúde Amanhã: saudeamanha.fiocruz.br



Toda segunda-feira, um pesquisador analisa as tendências para o futuro da Saúde no Brasil a partir de diferentes perspectivas

“A globalização da Saúde, que parece ser uma situação inevitável, é o resultado mais evidente da mercantilização do setor. Em síntese, o que o capital estrangeiro busca ao entrar em mercados nacionais de Saúde é o que o capital estrangeiro busca ao entrar em qualquer mercado nacional: lucro fácil, rápido e seguro. E a Saúde é um prato cheio para isso, uma vez que suas demandas apenas aumentam e, sobretudo nos países em desenvolvimento, os investimentos nacionais não são suficientes. São grupos internacionais voltados para o investimento em tudo o que possa dar lucro. E, hoje, essas oportunidades de novos negócios estão concentradas nas áreas de entretenimento, educação e, também, Saúde. O que precisamos nos perguntar é se essas novas oportunidades de negócios que surgirão para o mercado global serão realmente boas para nós, brasileiros”, avalia Maria Angélica.

“

**Pensar em um sistema de saúde público, universal e de qualidade financiado principalmente pela iniciativa privada é um contrassenso. É preciso direcionar investimento público para o SUS**

*Sulamis Dain, pesquisadora colaboradora do projeto Saúde Amanhã*

Outra questão primordial tratada pelo projeto Saúde Amanhã é o financiamento setorial da Saúde. Para a pesquisadora Sulamis Dain, que aborda o tema nos dois livros da iniciativa, não há solução senão o massivo investimento público no setor. “Ao identificar e analisar as estratégias possíveis para o financiamento do SUS no horizonte dos próximos 20 anos é evidente a necessidade de se inverter a relação público privada na Saúde e garantir a participação majoritária do Estado nos gastos do setor. Afinal, pensar em um sistema de saúde público, universal e de qualidade financiado principalmente pela iniciativa privada é um contrassenso”, defende.

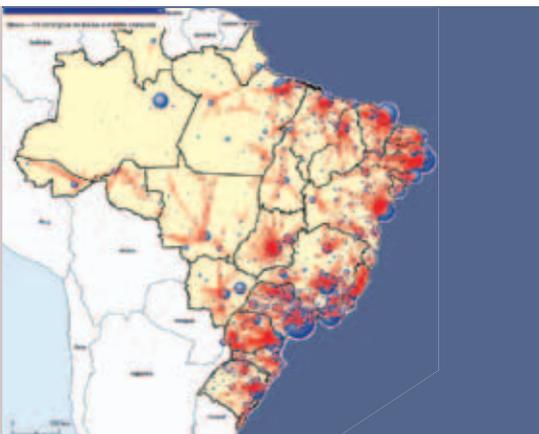
A pesquisadora indica, como proposta, a criação de mais um ponto percentual do PIB para o gasto da Saúde, associado exclusivamente ao setor público. “Para isso, listamos um conjunto de alternativas possíveis para o financiamento do SUS, que podem ser conduzidas a partir de uma decisão orçamentária ou da criação de novas fontes de recursos. Em suma, nós defendemos o debate sobre o orçamento

e a implementação de novas estratégias para o direcionamento de recursos como a medida mais adequada para o fortalecimento do SUS”, esclarece.

Em termos práticos, isso se traduz na proposta de destinar à Saúde 10% da receita corrente bruta do país – movimento que ficou conhecido como Saúde+10. “Essa é uma proposta antiga no campo progressista da Saúde, que infelizmente mais uma vez não foi aprovada. Ao contrário, foi superada por uma proposta que está associada ao orçamento impositivo e que recomenda, em vez de 10% sobre a receita corrente bruta, uma progressão de alíquotas sobre a receita corrente líquida, até chegarmos a 15% em 2018. É importante deixar claro que, para o financiamento do SUS, é irrelevante se o cálculo será feito sobre a receita corrente bruta ou líquida, desde que, por meio de uma regra de três, o percentual da receita líquida seja equivalente aos 10% da receita bruta. Para isso, seria necessário uma alíquota de quase 19% sobre a receita líquida. E, nesta proposta sustentada pelo orçamento impositivo, no melhor cenário,

chegaremos a 15% da receita líquida em 2018. Sabemos que essa proporção não é suficiente hoje e também não será adequada no futuro. Portanto, é uma tese que compromete a ampliação de recursos para a Saúde”, pondera Sulamis.

Para o pesquisador Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) e coordenador da rede Plataforma Política Social – Caminhos para o Desenvolvimento, transformar esse quadro implica mudanças estruturais no financiamento da Saúde, na regulação do setor privado e no pacto federativo. E requer, também, o reforço do papel do Estado e uma reforma política que enfrente o esgotamento do sistema partidário e a atual crise de representatividade. “Da mesma forma, será necessário superar a gestão macroeconômica pela via do chamado “tripé macroeconômico” – composto pelo regime de metas de inflação, de superávit primário e pelo câmbio flutuante. Se não enfrentarmos essas questões não colocaremos em prática o SUS que está na Constituição Federal”, conclui ■



## Mapas da Saúde

O projeto Saúde Amanhã disponibiliza em seu portal um Visualizador Cartográfico Interativo, que permite identificar e observar os principais polos de atendimentos do SUS, considerando diversos serviços de saúde de média e alta complexidade, além de transplantes e serviços de apoio à diagnose. Elaborado a partir de informações do DataSUS para o período 2010-2012, a ferramenta também auxilia a visualização dos fluxos de usuários em busca de atendimento, evidenciando os principais municípios que demandam serviços de saúde, bem como os que são mais demandados.

Os mapas procuram relacionar o destino e a origem do atendimento no SUS, além de apontar possíveis polos e redes de atendimento, segundo procedimentos

analisados. Os fluxos apresentados evidenciam o deslocamento da população em busca de assistência e os principais locais requisitados, dependendo do nível de complexidade e da oferta disponível. As informações obtidas podem ser exportadas para qualquer outro programa de análise de dados, garantindo a democratização do acesso à informação.

“Nosso objetivo é proporcionar uma ferramenta amigável e de fácil apreensão, que possa apresentar aos usuários os principais polos e os fluxos de atendimentos no SUS. Ao passar o cursor do mouse sobre algum objeto geográfico, surge uma caixa de texto com os valores dos indicadores e os nomes dos municípios mapeados. Isso faz com que a análise exploratória do mapa seja muito agradável e intuitiva, não demandando grande conhecimento sobre cartografia”, explica um dos desenvolvedores da plataforma, o pesquisador Wisley Velasco, colaborador do projeto Saúde Amanhã.

**Acesse: [mapas.saudeamanha.icict.fiocruz.br](http://mapas.saudeamanha.icict.fiocruz.br).**

# Uma história de lutas contra o cenário brasileiro de intoxicação

Alexandre Ressurreição

Plantas tóxicas, intoxicação por medicamentos, intoxicações infantis, agrotóxicos, acidentes com animais peçonhentos e casos de óbitos por envenenamento integram a pauta do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox/Icict), ao longo de 35 anos de história. Sistema mais antigo de informação sobre intoxicações e envenenamentos no país, o Sinitox atua desde 1980, quando, por intermédio do Ministério da Saúde (MS), foi celebrado um contrato entre a Fiocruz e a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul para implementar Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATs) em âmbito nacional.

Foto: Fiocruzimagem

O avanço do Sistema, de acordo com a coordenadora Rosany Bochner, tornou-se possível devido a dois fatores relevantes. O primeiro foi o aumento do número de CIATs, passando de três para 35 unidades, permitindo a consolidação do Sistema. O segundo foi a criação, em 2005, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, da Rede Nacional de Centros de Informação e Assistência Toxicológica (Renaciat), que estruturou o funcionamento desses centros, definindo normas e diretrizes operacionais.

Apesar do crescimento e da estruturação do Sistema, as estatísticas elaboradas sofrem atrasos na divulgação, sendo um grave problema enfrentado pelo Sinitox. Segundo a coordenadora, o envio dos dados pelos CIATs ao Sinitox é feito de maneira voluntária, ou seja, não há nenhuma obrigatoriedade nessa tarefa, o que repercute em atrasos. “Em função das deficiências orçamentárias, eles muitas vezes não dispõem de pessoal para compilar os dados”. Rosany acredita que a implantação de um sistema informatizado minimizaria os atrasos na divulgação das estatísticas.

Enquanto essas melhorias não são possíveis, o Sinitox se empenha para otimizar a difusão da informação, mesmo que parcialmente. No início de 2015, o Sistema divulgou as estatísticas de 2012 e concentrou esforços na publicação dos dados do ano seguinte. Embora as informações reflitam a realidade de anos anteriores, o trabalho do Sinitox tem auxiliado as reflexões sociais sobre intoxicação e envenenamento. Rosany analisa que “apesar das limitações, no que se refere às subnotificações e aos atrasos na divulgação dos dados, o Sinitox é capaz de apontar os principais agentes tóxicos aos quais a população é exposta, assim como o perfil epidemiológico das vítimas”.

Os dados do sistema vêm apresentando um papel de destaque, tanto no campo da pesquisa, como na gestão de serviços públicos, pela atuação do Sistema no cenário nacional de prevenção contra intoxicações. “Ao longo do tempo, essas informações embasaram diferentes políticas públicas, em prol da saúde da população. Inúmeras dissertações e teses contaram com os dados do Sinitox, para abordar questões de interesse na saúde pública”, comenta a coordenadora.



Foto: Vinicius Marinho

Rosany Bochner. Doutora em Saúde Pública e coordenadora do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox Ilcict)



**Inúmeras dissertações e teses contaram com os dados desse Sistema, para abordar questões de interesse na saúde pública**



Foto: Vinicius Marinho



Foto: Vinicius Marinho

Além disso, as estatísticas do Sinitox deram suporte a notícias e reportagens veiculadas pela mídia, alertando à população sobre os riscos de intoxicações e envenenamentos causados por vários agentes tóxicos. Rosany menciona que “várias reportagens focadas na prevenção de intoxicações, no uso racional de medicamentos, nas informações sobre plantas tóxicas e no risco de agrotóxicos nos alimentos, dentre outras, foram realizadas pela mídia impressa, TV, rádio e web, com a participação ativa do Sinitox”.

Desde a primeira estatística nacional, em 1985, até os dias atuais, o Sinitox vem ganhando reconhecimento por seu papel estratégico nos dados de intoxicação notificados no Brasil. De lá pra cá, uma grande conquista foi a divulgação desses dados em sítio eletrônico, a partir de 1999, ampliando a sua difusão e acesso no território nacional. O site tornou-se o principal canal do Sinitox com seus diferentes públicos.

No ano em que comemora 35 anos, o Sinitox lança uma nova versão do site. “Dentre as novas funcionalidades previstas teremos o Banco de Óbitos; o Banco de Casos, dados

de outros sistemas nacionais de informação que contemplam casos de intoxicação e envenenamento; materiais educativos disponíveis para download, inclusive jogos didáticos; dissertações e teses que utilizaram dados do Sistema; normas jurídicas que referenciam os dados do Sinitox em suas justificativas”, comenta a coordenadora do Sistema, acreditando que o novo site será um marco no esforço de divulgação do sistema.

E as novidades não param por aí. O Sinitox pretende se tornar um observatório de intoxicações e envenenamentos. Para Rosany, o primeiro passo é reunir os dados disponíveis nos vários sistemas de informação. “Uma vez implementado, o observatório deve funcionar como sentinela para ações de prevenção e controle desses agravos”, diz a coordenadora.

“Essas iniciativas foram viabilizadas graças às parcerias firmadas com a Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPA-APS/Fiocruz); o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação em Saúde (CTIC/Icict) e o Multimeios”, finaliza Rosany Bochner ■

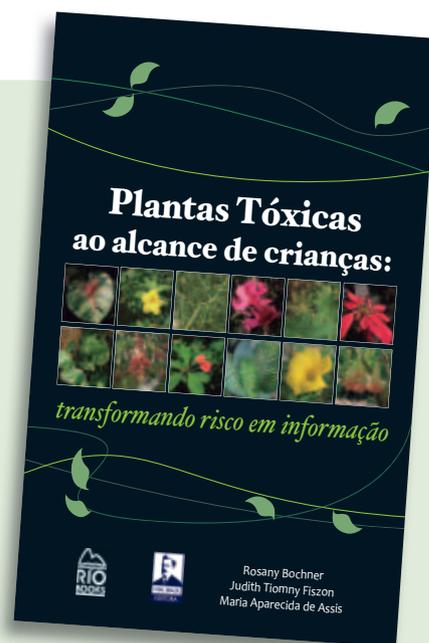


**O Sinitox é capaz de apontar os principais agentes tóxicos aos quais a população é exposta, assim como o perfil epidemiológico das vítimas**

Rosany Bochner

## Informar para prevenir

Parcerias recentes entre o Sinitox e escolas têm produzido bons resultados no campo da informação. Entre eles, o livro *“Plantas Tóxicas ao alcance de crianças: transformando risco em informação”*, publicado em 2013, que catalogou as 23 plantas tóxicas mais encontradas em escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, e a premiação recebida por alunos e professores de Duque de Caxias (RJ), na Feira Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2014, utilizando materiais de apoio fornecidos pelo Sinitox, no projeto de pesquisa “Cuidado! Plantas tóxicas em nossos jardins”.





## Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos



Ministério da Saúde

FIOCRUZ  
Fundação Oswaldo Cruz



Instituto de Comunicação e Informação  
Científica e Tecnológica em Saúde

O Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (ReBEC) é uma plataforma virtual de acesso livre para registro de estudos experimentais e não-experimentais realizados em seres humanos, em andamento ou finalizados, por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

[ensaiosclinicos.gov.br](http://ensaiosclinicos.gov.br)



**FIOCRUZIMAGENS**

Banco de imagens da  
Fundação Oswaldo Cruz



Ministério da Saúde  
**FIOCRUZ**  
Fundação Oswaldo Cruz

Acervo gratuito de imagens temáticas  
em alta resolução nas áreas de  
pesquisa, ensino e comunicação em  
saúde, disponível para a sociedade.



[fiocruzimagens.fiocruz.br](http://fiocruzimagens.fiocruz.br)